

SUMÁRIO

Capítulo 1

VULNERABILIDADE DIGITAL: CONCEITO E DIMENSÕES ESTRUTURANTES..... 29

Júlio Camargo de Azevedo

1. Introdução.....	29
2. Vulnerabilidade: extensão e compreensão do termo	30
2.1. Vulnerabilidade natural x vulnerabilidade social.....	32
2.2. O conceito jurídico de vulnerabilidade	33
2.3. Elementos tipificadores	34
3. Vulnerabilidade digital	35
3.1. Conceito	35
3.2. Delimitação da análise e recorte proposto	38
3.3. Dimensões estruturantes	39
3.3.1. Vulnerabilidade tecnológica	40
3.3.2. Vulnerabilidade técnica	44
3.3.3. Vulnerabilidade informacional	48
3.3.4. Vulnerabilidade algorítmica	53
3.3.5. Vulnerabilidade neural	60
4. Conclusão.....	63
Bibliografia	64

Capítulo 2

ACESSO À JUSTIÇA E INTERAÇÕES CONSENSUAIS ON-LINE NO PODER JUDICIÁRIO À LUZ DA VULNERABILIDADE CIBERNÉTICA.... 69

Fernanda Tartuce e Débora Brandão

1. Relevância do tema.....	70
----------------------------	----

2. Acesso à Justiça como direito fundamental.....	70
3. Vulnerabilidade cibernética (digital)	71
4. Ajustes e esclarecimentos sobre as condições para o diálogo <i>on-line</i>	75
5. A importância da comunicação não-verbal em mediações e conciliações e a rudeza do espaço virtual	78
6. O acesso à ordem jurídica justa como direito fundamental nas sessões de mediação <i>on-line</i>	80
7. Considerações finais	83
Referências	85

Capítulo 3

O ACESSO À JUSTIÇA EM UM MODELO DE LITIGÂNCIA TECNOLÓGICA: OS 'HAVES' CONTINUARÃO À FRENTE?..... 87

Carlos Alberto de Salles

1. <i>Why the 'haves' come out ahead</i> : um paradigma.....	87
2. Um trabalho de outra era, para todas as eras.....	90
3. Os 'haves' continuarão à frente?.....	93
4. Possibilidades tecnológicas na litigância contemporânea	96
5. Tecnologia a favor de quem?.....	100
6. Conclusões.....	103
7. Bibliografia	105

Capítulo 4

A DEFENSORIA PÚBLICA E A VULNERABILIDADE COMO OBSTÁCULO DE ACESSO À JUSTIÇA: DA 1ª À TECNOLÓGICA 6ª ONDA DE ACESSO – REFLEXÕES SOBRE VULNERABILIDADE ELETRÔNICA E EXCLUSÃO DIGITAL 107

Maurilio Casas Maia

1. Introdução.....	108
2. A Defensoria Pública enquanto instituição “multiondas” de acesso à justiça e a influência do solidarismo jurídico	109
2.1. Primeira onda: a remoção de óbices econômicos.....	113
2.2. Segunda onda: remoção de obstáculos organizacionais (Justiça Coletiva).....	114
2.3. Terceira onda: removendo obstáculos burocráticos e procedimentais.....	118

2.4. Quarta onda: a remoção de óbices ético-político e informacionais.....	121
2.5. Quinta onda: removendo óbices intraestatais	124
2.6. Sexta onda renovatória de acesso à Justiça: removendo obstáculos tecnológicos	126
2.6.1. Sobre os excluídos digitais e vulneráveis eletrônicos.....	126
2.6.2. A Defensoria Pública na sexta onda renovatória	134
3. Conclusões	138
Referências	139

Capítulo 5

SISTEMA INFORMATIZADO PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS POR MEIO DA CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO: A RESOLUÇÃO Nº 358/2020 DO CNJ E A VIRTUALIZAÇÃO DO ACESSO À JUSTIÇA... 145

Humberto Dalla Bernardina de Pinho

1. O Acesso à Justiça e o uso das ferramentas adequadas de solução de conflitos.....	145
2. A contribuição dos meios virtuais para a resolução de conflitos e a evolução do direito brasileiro	150
3. O protagonismo do CNJ e a edição dos atos normativos necessários à viabilização do acesso à justiça digital no Brasil e da justiça multiportas.....	155
Referências bibliográficas.....	163

Capítulo 6

IMPACTOS DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS APLICADAS AOS MÉTODOS ADEQUADOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS 165

César Augusto Luiz Leonardo e Maria Fernanda Stocco Ottoboni

1. Introdução.....	165
2. A sexta onda renovatória do acesso à justiça	166
3. O acesso à justiça na era digital.....	167
4. As tecnologias e os meios adequados para solução de conflitos	172
5. Ferramentas online para resolução de disputas: Online Dispute Resolution (ODR).....	174
6. Desvantagens e riscos do uso das ferramentas online	184
7. Conclusão	187
Referências	188

Capítulo 7**MEDIAÇÃO DIGITAL PARA QUEM? UMA ANÁLISE DA VIRTUALIZAÇÃO DO MÉTODO AUTOCOMPOSITIVO COMO POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO À JUSTIÇA 191***Ianne Magna e Karinne Emanoela Goettems dos Santos*

1. Introdução.....	192
2. As ondas de acesso à justiça e políticas judiciárias: um longo caminho ainda em pavimentação	194
2.1. As ondas de acesso à justiça de acordo com a obra de Cappelletti e Garth e o <i>Global Access to Justice Project</i>	194
2.2. O dever estatal na criação de políticas judiciárias para garantia do acesso à justiça	196
2.3. A mediação como política judiciária de acesso à justiça	199
2.4. Virtualização do judiciário como política pública de acesso à justiça	201
3. Mediação digital enquanto política pública e as implicações do seu uso pelo sistema de justiça brasileiro	203
3.1. Potencialidades da mediação digital	203
3.2. Mediação para quem? Uma análise crítica da utilização do ambiente virtual na mediação de conflitos	207
3.3. Risco de desvirtuação do propósito da autocomposição com a utilização dos meios digitais	212
4. Considerações finais	215
Referências	216

Capítulo 8**A INFORMAÇÃO COMO CONDIÇÃO MATERIAL PARA O ACESSO À JUSTIÇA PELO CONSUMIDOR NO MUNDO DIGITAL 219***Renata Pozzi Kretzmann*

1. Introdução.....	219
2. Viés material do acesso à justiça pelo consumidor	220
3. Contratos no mundo digital.....	223
4. Informação e identificação do conteúdo contratual	226
5. Não obrigatoriedade do conteúdo contratual desconhecido no ambiente eletrônico	229
6. Considerações finais	236
Referências	237

Capítulo 9**DEFENSORIA PÚBLICA E O DIREITO À INFORMAÇÃO NO AMBIENTE DIGITAL: PERSPECTIVAS DE COMBATE À DESINFORMAÇÃO JUNTO À JUSTIÇA ELEITORAL 241***Marcelo da Costa Pinheiro*

1. Introdução.....	241
2. Alguns impactos das novas tecnologias na Democracia.....	243
3. Desinformação, liberdade de expressão e democracia.....	246
4. Como pensar a Defensoria Pública nesse cenário de erosão democrática?....	252
4.1. Perspectiva doutrinária, jurisprudencial e normativa	252
4.2. Perspectiva de transformação e emancipação	256
5. Conclusão.....	261
Referências	263

Capítulo 10**O USO DA TECNOLOGIA *BLOCKCHAIN* PARA ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E NEGÓCIOS PROBATÓRIOS SEGUNDO A LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA..... 267***Fredie Didier Jr. e Rafael Alexandria de Oliveira*

1. Introdução.....	268
2. A Lei de Liberdade Econômica e a ampliação do uso do documento eletrônico: armazenamento em meio eletrônico de documentos públicos ou privados.....	269
3. Documento eletrônico: a questão da segurança e da confiabilidade.....	271
4. A presunção de autenticidade, integridade e confidencialidade do documento eletrônico certificado no padrão da ICP-Brasil	276
5. A previsão de hipótese típica de negócio jurídico sobre prova.....	276
6. <i>Blockchain</i>	278
6.1. O que é <i>blockchain</i>	278
6.2. Segurança e imutabilidade.....	281
6.3. Transparência	283
6.4. <i>Blockchain</i> como prova atípica.....	284
6.5. <i>Blockchain</i> como forma de garantir a autoria, integridade e confidencialidade de documento eletrônico	287
7. Conclusão.....	288
Referências	289

Capítulo 11

O DESENVOLVIMENTO DE ODRS PELA DEFENSORIA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE INCLUSÃO DIGITAL, ATUAÇÃO ESTRATÉGICA E AMPLIAÇÃO DO ACESSO DA POPULAÇÃO VULNERÁVEL À GARANTIA DE SEUS DIREITOS 291

Cintia Regina Guedes

1. Introdução: alguns desafios atuais do acesso à justiça.....	291
2. O incremento no uso de ferramentas tecnológicas pela Defensoria Pública e a resolução de conflitos	295
3. As ODRs (Online Dispute Resolution)	297
4. Os riscos decorrentes do uso das ODRs: <i>nudging</i> digital, assimetria de informações e o uso da tecnologia para aprofundar a desigualdade entre os litigantes.....	300
5. A necessidade de desenvolvimento de ODRs pela Defensoria e a sua adaptação à população hipossuficiente: possibilidades, vantagens e desafios	304
6. Conclusão.....	313
Referências bibliográficas	313

Capítulo 12

A GOVERNANÇA DE DADOS COMO POLÍTICA PÚBLICA: PERSPECTIVAS DA COOPERAÇÃO ENTRE DEFENSORIAS E SOCIEDADE CIVIL 315

Bruno Ricardo Bioni, Rafael A. F. Zanatta e Marina Sayuri Kitayama

1. Introdução.....	315
2. Políticas Públicas no Sistema de Justiça Brasileiro	318
3. Programas de governança de dados no sistema de justiça: uma política pública de alta complexidade	320
4. Nova Governança e cooperação da sociedade civil em políticas públicas.....	324
5. Governança de dados, um desafio particular às Defensorias Públicas.....	326
6. Conclusão.....	334
Bibliografia	336

Capítulo 13

OPEN JUSTICE: COMO O AMPLO ACESSO A DADOS PÚBLICOS PODE POTENCIALIZAR A GARANTIA DO ACESSO À JUSTIÇA 339

Daniel Becker e Frederico Boghossian Torres

1. Introdução.....	339
2. Da garantia do acesso à justiça ao “open data”	342
2.1. Princípio do acesso à justiça.....	342
2.2. O movimento em defesa de dados abertos.....	346
3. “Open justice”: dados abertos no Poder Judiciário.....	351
4. Considerações finais	356
Bibliografia	358

Capítulo 14

A INTERNET ENQUANTO CATALISADOR DO ACESSO À JUSTIÇA NOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESTADO DO AMAZONAS..... 361

Maria Beatriz Rodrigues e Rafael da Silva Menezes

1. Introdução.....	361
2. Acesso à internet como direito fundamental.....	363
3. Internet como elemento catalisador do acesso à Justiça.....	369
4. Quadro situacional da internet no interior do Amazonas	374
5. Medidas possíveis para melhorar o acesso à justiça no interior do Amazonas através da Internet	379
6. Considerações finais	384
Referências	385
Anexo - Questionário.....	388

Capítulo 15

ACESSO À JUSTIÇA DIGITAL: PARTICIPAÇÃO, DEFESA E LIMITAÇÕES 391

Messi Elmer Vasconcelos Castro

1. Introdução.....	391
2. Acesso à Justiça Digital: abordagens iniciais e contextualização.....	393
2.1. Participação pública como condição democrática de legitimidade da justiça digital	395
2.2. O papel da Defesa Pública na contemporaneidade digital	397
3. Intervenções práticas e limitações	399
3.1. Possibilidades procedimentais nas audiências criminais por videoconferência.....	399
3.2. Limites de aplicação: Audiências de Custódia e Sessões Plenárias do Tribunal do Júri.....	402

4. Considerações finais	405
Referências	407

Capítulo 16

DEFENSORIA PÚBLICA E A DISPENSA DO CONSENTIMENTO DO USUÁRIO PARA O TRATAMENTO DE DADOS: UMA ANÁLISE À LUZ DA LC 132/2009 E DA FUNÇÃO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS 409

Rodrigo Baptista Pacheco

1. Introdução.....	409
2. Breve exposição sobre as fases da Defensoria Pública brasileira	411
3. Panorama tecnológico da Defensoria Pública do Rio de Janeiro e o volumoso tratamento de dados.....	414
4. Base legal do tratamento de dados pela Defensoria Pública e o consentimento do usuário.....	417
5. Conclusão.....	427
Referências bibliográficas	428

Capítulo 17

FAZENDO O DEVER DE CASA: A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NA DEFENSORIA PÚBLICA 431

Beatriz Carvalho de Araujo Cunha

1. Introdução.....	431
2. Os Conceitos de Controlador, Operador e Titular na Defensoria Pública	433
3. O/A Encarregado/a de Proteção de Dados na Defensoria Pública.....	436
4. Política de Governança de Proteção de Dados Pessoais.....	440
4.1. Desenhando a Política de Governança	440
4.2. Transparência, Publicização da Política de Privacidade e Exercício dos Direitos pelos Titulares	443
4.3. Plano de Resposta a Incidentes de Segurança	447
4.4. Instituição de uma Política de Gestão Documental.....	449
5. As Etapas de Conformidade	450
6. Primeiras Orientações para Implementação da LGPD nos Órgãos de Atuação da Defensoria Pública	454
7. Conclusão.....	460
Referências bibliográficas	462

Capítulo 18**DEFENSORIA PÚBLICA, MINERAÇÃO DE DADOS E DEFESA DO CONSUMIDOR 465***Rodrigo Baptista Pacheco*

1. Introdução.....	465
2. As “ondas” renovatórias da Defensoria Pública	466
2.1. A primeira onda renovatória da Defensoria	466
2.2. A segunda onda renovatória da Defensoria.....	467
2.3. A terceira onda renovatória da Defensoria.....	469
3. Defensoria Pública, tecnologia, mineração de dados e possibilidades de atuação na área das relações de consumo	471
4. Conclusão.....	478
Referências bibliográficas.....	478

Capítulo 19**O DEFENSOR POTENCIALIZADO: A ARQUITETURA DE DADOS INSTITUCIONAL COMO FUNDAMENTO DA ASSISTÊNCIA JURÍDICA INTEGRAL NA ERA DA IA 481***Ricardo de Mattos*

1. O paradoxo da escassez e a falsa promessa da velocidade.....	481
2. Anatomia da potencialização.....	483
3. A vantagem estrutural: o modelo institucional como <i>data lake</i>	484
4. Casos de uso	486
4.1. A fragmentação do olhar: o radar de vulnerabilidades e a visão holística.....	486
4.2. O limite biológico da atenção: a auditoria de provas em processos volumosos.....	488
4.3. A qualificação da escrita: da minuta padrão à peça artesanal.....	489
5. Governança para superar os riscos.....	490
5.1. O fantasma da alucinação e o dever de ceticismo.....	490
5.2. A caixa preta dos vieses	491
5.3. Privacidade e o perigo do “Shadow IT”	492
5.4. O limite humano: o viés de automação e a delegação cognitiva	492
6. Conclusão: a tecnologia como instrumento de reumanização	493

Capítulo 20

ACESSO À JUSTIÇA NA ERA TECNOLÓGICA E DA SOCIEDADE 5.0.... 495

Marcela Casanova Viana Arena e Nathiele Brito da Silva

1. Introdução.....	495
2. Acesso à Justiça.....	497
3. O contexto tecnológico	504
4. A Sociedade 5.0.....	508
5. Considerações finais	511
Referências	512

Capítulo 21

TECNOLOGIA, DESIGUALDADE DIGITAL E DEMOCRACIA: IMPLICAÇÕES SOBRE A EFETIVAÇÃO DO DIREITO FUNDAMENTAL AO ACESSO À JUSTIÇA..... 515

Alexandro Melo Corrêa, Alice Pereira Sinnott e Junior Leite Amaral

1. Introdução.....	516
2. A tecnologia como instrumento à implementação de direitos, refletindo a sexta onda renovatória do acesso à Justiça	517
3. A desigualdade (assimetria) digital e a efetivação de direitos na via judicial na realidade brasileira	523
4. Os contributos da Defensoria Pública e do Poder Judiciário no combate (ou no fomento) à desigualdade.....	529
5. Considerações finais	537
Referências bibliográficas	538

POSFÁCIO À 1ª EDIÇÃO 543